

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

(Da Sra. Deputada CIDA DIOGO)

Requer que seja realizado, em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC); de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), e de Legislação Participativa, um ciclo de debates composto por três audiências públicas para debater a participação das mulheres na reforma política.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base nos art. 117, inciso VIII, e 255 do Regimento Interno desta Casa, a realização de um ciclo de debates com três audiências públicas da Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC); de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Legislação Participativa, nos dias 17 de abril, 15 de maio e 12 de junho de 2007, para debater a participação das mulheres na Reforma Política, em debate nesta Casa.

## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores parlamentares, a pesquisa divulgada neste mês de março pela União Interparlamentar com números de toda a América Latina revela, mais uma vez, que o ambiente político



D525AC4F47

brasileiro continua sendo um espaço ocupado predominantemente pelos homens. Nesta pesquisa a presença de mulheres na Câmara dos Deputados só é maior do que a do Haiti, da Guatemala e da Colômbia. Apesar de ter crescido, se comparado o número de deputadas da legislatura anterior, de 32 para 45, nós ainda ocupamos menos de 10% das 513 cadeiras da Câmara. Outro item que evidencia a baixa participação de nós mulheres no cenário político brasileiro é a pequena presença de mulheres à frente das lideranças partidárias e na Mesa Diretora da Câmara, Senado e Congresso Nacional.

Precisamos avançar na história e romper com a tradição política brasileira, sempre dominada pelos homens. Queremos igualdade.

Sabemos que a instituição da cota de 30% para mulheres candidatas nos partidos não garantiu a efetiva participação feminina na vida político-partidária porque o país não adotou simultaneamente a lista fechada nas eleições, pois, se assim adotasse, a cada três nomes haveria obrigatoriamente o de uma mulher em condições reais de ser eleita. Com o sistema de lista aberta, a maioria das mulheres são incluídas na disputa apenas para figuração. Além disso, os partidos não são punidos quando burlam a exigência legal.

As cotas partidárias também não garantem financiamento nem tempo de televisão. Sem esses dois fatores as mulheres têm muito mais dificuldades de se elegerem.

Estas são apenas algumas questões que queremos aprofundar nesta Casa no que diz respeito à participação da mulher na Reforma Política. Para isso, Senhor Presidente, estamos propondo um Ciclo de Debates, composto por três audiências públicas. Este Ciclo de Debates será realizado em parceria com as Comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania; de Direitos Humanos e Minorias (CDUM); de Legislação Participativa; a Bancada Feminina do Congresso Nacional e entidades que lutam pelos direitos das mulheres no Brasil.



D525AC4F47

Sabendo da importância de uma maior participação da mulher na vida política de nosso país, para garantirmos os avanços relativos aos direitos das mulheres que se fazem necessários na legislação vinculada à previdência social, à saúde e à assistência social, venho solicitar aos nobres colegas deputados e deputadas desta comissão, o apoio a esta proposta.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2007.

**Deputada CIDA DIOGO - PT/RJ**



D525AC4F47